

“O CONTRATO SOCIAL” E “EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO”: AS CONTRIBUIÇÕES DE ROUSSEAU NAS POLÍTICAS E NA EDUCAÇÃO

“THE SOCIAL CONTRACT” AND “EMILE OR ON EDUCATION” : ROUSSEAU’S CONTRIBUTIONS TO POLITICS AND EDUCATION

“EL CONTRATO SOCIAL” Y “EMILIO O DE LA EDUCACIÓN”: LOS APORTES DE ROUSSEAU EN LAS POLÍTICAS Y EN LA EDUCACIÓN

Fernando Baleira¹
Fernanda Oliveira²
Rudson Gomes Maia³
Zinara de Andrade⁴

Resumo

Jean-Jacques Rousseau, ao teorizar sobre a possibilidade de um Estado justo e protetor, deixou como legado sua obra “O Contrato Social”. Contudo, para ele, esse Estado só seria possível se os cidadãos recebessem uma educação adequada que os preparassem para viver harmoniosamente em meio aos muitos interesses distintos. Logo, paralelamente ao Contrato Social, escreveu outra grande obra: Emílio ou da Educação, com vários de seus ensinamentos presentes nas questões políticas e educacionais, em especial o protagonismo do estudante e a importância do interesse como forma de incentivar a aprendizagem. Logo, o objetivo desse artigo é mostrar a relação entre essas duas obras a partir de uma breve síntese dos cinco capítulos do livro Emílio ou da Educação. A metodologia utilizada foi a bibliográfica de cunho qualitativo. Espera-se que o presente artigo contribua para despertar o interesse pela leitura das obras clássicas, possibilitando compreender melhor as políticas sociais vigentes.

Palavras-chave: Rousseau; educação; Emílio ou da educação.

Abstract

Jean Jacques Rosseau, when theorizing about the possibilities of a just and protective state, left as a legacy his work “The Social Contract”. However, for him, this state would only be possible if the citizens were adequately educated and prepared to live harmoniously among the many different interests. Thus, at the same time as “The Social Contract”, he wrote another of his great works: “Emile or on Education”, with many of his teachings approaching political and educational matters, in particular the primary role of the student and the importance of the interest to encourage learning. The objective of this paper is to show the relation between these two works from a brief synthesis of the five chapters of the book “Emile or on Education”. The methodology used has been bibliographical and qualitative. This research expects that this paper will contribute to stimulate the interest in reading classical works, allowing us to better understand the current social policies.

Keywords: Rosseau; education; Emile or on Education.

Resumen

Jean-Jacques Rousseau, al teorizar sobre la posibilidad de un Estado justo y protector, dejó como legado su obra “El Contrato Social”. Sin embargo, para él, ese estado solo sería posible si los ciudadanos recibieran una educación

¹ Graduado em Direito e Filosofia. Mestre em Direitos Humanos pela UNIFIEO - Licenciando em Matemática pela UTFPR.

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - Licencianda em Matemática pela UTFPR.

³ Licenciando em Letras Inglês pela UTFPR.

⁴ Graduada em Pedagogia pela ULBRA, Dra. Educação pela UFPR, Professora História Profissão Docente UTFPR.

adecuada que los preparara para vivir armoniosamente en medio de muchos intereses distintos. Luego, paralelamente al Contrato Social, escribió otra gran obra: Emílio o de la Educación, con varias de sus enseñanzas presentes en las cuestiones políticas y educativas, en especial el protagonismo del estudiante y la importancia del interés como forma de incentivar el aprendizaje. Por lo tanto, el objetivo de ese artículo es presentar la relación entre esas dos obras a partir de una breve síntesis de los cinco capítulos del libro Emílio o de la Educación. La metodología utilizada fue la bibliográfica de carácter cualitativo. Se espera que el presente artículo contribuya a despertar el interés por la lectura de las obras clásicas, permitiendo comprender mejor las políticas sociales vigentes.

Palabras clave: Rousseau; educación; Emílio o de la educación.

1 Introdução

Jean Jacques Rousseau (1712-1778), renomado filósofo Iluminista do século XVIII, é, sem dúvida, bastante conhecido e polêmico por muitos de seus pensamentos, concepções e teorizações. Grande crítico da nobreza e do absolutismo, e, apesar de ter vivido no decorrer da consolidação da burguesia francesa enquanto classe social, já questionava muitos dos valores dessa, principalmente a propriedade privada e o processo educacional realizado nas instituições de ensino requeridas pelos burgueses. Contudo, isso não impediu que suas teorias fossem utilizadas como referenciais da Revolução Francesa por sua defesa aos direitos fundamentais de primeira dimensão, como direito à liberdade e, principalmente, suas teses contrárias aos sistemas absolutistas⁵.

Quanto às instituições de ensino que Rousseau tecia sérias críticas, cabe lembrar que essas, aos poucos, foram amplamente incorporadas ao contexto social e, atualmente, são conhecidas como escolas, colégios e similares, que passaram a ofertar educação formal para um número cada vez maior de pessoas.

Em relação ao desenvolvimento intelectual desse filósofo, segundo fontes históricas, Rousseau desenvolveu desde cedo o gosto pela leitura e passou a escrever sobre vários temas (Rousseau, 1999). Conhecido também como o “Filósofo de Genebra”, tinha grande interesse sobre questões políticas e educacionais, a teorizar sobre elas. Assim, ao longo de sua vida, escreveu várias obras, algumas de grande relevância, das quais aqui se destaca “Sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens”, “O Contrato Social” e “Emílio ou da Educação”. Nesses últimos, respectivamente, destacou seu pensamento sobre o que seria um Estado justo e

⁵ No período em questão, o modelo de propriedade privada estabelecia apenas o domínio real da propriedade pelo cidadão, que era meramente o possuidor e depositário desse bem público. Apesar disso, era possível alienar, usufruir e até mesmo herdar esse direito. No entanto, o direito real de propriedade ainda era exclusivo do Estado, representado pelo monarca. Rousseau tecia críticas aos dois aspectos desse modelo: ao Estado, pela falta de segurança jurídica dada ao cidadão, e, por outro lado, a existência de um direito de propriedade irrestrito, sem levar em conta o que hoje conhecemos como a função social da propriedade em que “o direito que cada particular tem sobre seus bens é sempre subordinado ao direito que a comunidade tem sobre o todo”. (Rousseau, 2000, p. 31).

defensor, resultante de um pacto social entre os cidadãos e uma respectiva educação capaz de manter o ser humano em estado de natureza, ou seja, bom, livre, pleno de virtudes, sem “vícios” e feliz. Em razão dos seus pensamentos, expostos principalmente nesses dois livros, Rousseau foi perseguido politicamente pela coroa francesa, primeiro refugiando-se em Neuchâtel e depois na Inglaterra (Rousseau, 1999).

Logo, é possível compreender a razão pela qual o Contrato Social e Emílio foram escritos paralelamente, uma vez que a existência de um Estado justo e protetor só seria possível se os cidadãos fossem homens bons e sem os vícios das sociedades modernas. Portanto, para Rousseau, a educação também devia ser pensada como uma política social por interferir diretamente nos rumos da sociedade. Assim, o objetivo do presente artigo é elucidar os principais aspectos do processo educativo idealizado por Rousseau na sua obra Emílio ou da Educação, cuja finalidade era formar o cidadão preservado em seu aspecto natural, condição imprescindível para a convivência harmoniosa em uma sociedade justa e fraterna idealizada e descrita no Contrato Social.

Para a elaboração desse artigo, após a leitura criteriosa do livro Emílio ou da Educação, foram utilizadas as sínteses dos cinco capítulos elaboradas a partir dos debates e das reflexões de um projeto de extensão que se propõe a ler e compreender as obras consideradas clássicas na educação. Além dessa leitura, também foram consultadas outras fontes primárias. Portanto, a metodologia foi a bibliográfica, de cunho qualitativo.

É possível perceber que muitas das orientações propostas por Rousseau na educação de Emílio estão presentes nos fundamentos e políticas educacionais, em especial o protagonismo do estudante, o estímulo ao interesse para uma melhor aprendizagem, o mestre como educador e não como transmissor de conhecimentos. Outros aspectos que chamam a atenção é a compreensão da importância das políticas sociais, que consistem na concepção de pessoas com deficiência e o papel da mulher na sociedade naquele contexto do século XVIII. Espera-se que o presente artigo contribua para despertar o interesse pela leitura das muitas obras clássicas produzidas ao longo da humanidade, as quais permitem compreender melhor a realidade e as políticas sociais vigentes.

2 Enfoques iniciais

Nascido em 1712, de uma família de boas condições sociais em Genebra, na Suíça, Jean-Jacques Rousseau é visto como filósofo iluminista e contratualista, da qual foi, sem dúvidas, um brilhante escritor, cujas ideias muito influenciaram vários pensadores de seu

tempo. Cabe destacar que muitos dos seus ensinamentos se encontram latentes atualmente, permitindo compreender algumas das atuais políticas sociais, inclusive as inerentes ao processo educativo.

Como Rousseau era muito culto, aspecto de fácil percepção no decorrer da leitura de seus escritos, tinha grande interesse pelo processo educacional, pois acreditava que na vida tudo era possível pela educação, assim, “tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação” (Rousseau, 1995, p. 10).

Entretanto, para esse filósofo iluminista, era necessária uma educação específica, adequada, a fim de não alterar a natureza boa e afável do ser humano, ou seja, uma educação que conseguisse manter o homem tal como “saído das mãos do autor das coisas” (Rousseau, 1995, p.10). Em outras palavras, Rousseau tinha como pressuposto que o ser humano nasce bom, mas, sua formação na sociedade, inclusive nas instituições de ensino, corrompidas pelos valores burgueses da época, o deformaria ao apreender certos costumes sociais, os quais denominava de vícios, afirmando que “nossas almas foram se corrompendo à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram para a perfeição” (Rousseau, 1999, p. 15).

Por tais motivos, para melhor elucidar sua concepção de formação de um cidadão e constituição de sociedade ideal, escreveu, paralelamente, os dois livros mencionados anteriormente, que se tornaram obras clássicas na educação e na sociologia, ambos com influência nas políticas sociais. Percebia, portanto, o aspecto político intrínseco à educação. Desse modo, para que um cidadão não se corrompesse pelos males da sociedade, permanecendo no seu estado natural e livre dos “vícios”, Rousseau escreveu o que se pode chamar de um romance pedagógico, o qual intitulou Emílio ou da Educação, publicado em maio de 1762, menos de um mês após a publicação do Contrato Social. O nome dado ao livro, Emílio, é também o nome do personagem principal, seu aluno fictício que ele, como preceptor, se encarregou de educar desde os primeiros dias de vida até a fase adulta, preparando-o até contrair matrimônio, conforme explicitado adiante.

Em relação à sociedade que julgava atender os interesses de todas as pessoas, defendia a ideia de um Estado justo, que assegurasse os direitos sociais e políticos dos cidadãos, em especial, a liberdade. Dessa forma, escreveu o Contrato Social ou Princípios de Direitos Políticos publicado em abril de 1762, ou seja, pouco antes de um mês de “Emílio ou da Educação”. No Contrato Social, o filósofo iluminista tinha como pressuposto que o gênero humano, em seu estado de natureza, certamente pereceria caso não criasse uma força coletiva de resistência. A essa convenção, foram criadas as estruturas fictícias que se conhece atualmente, tais como Estado, soberania, poder, território, corpo político, povo, entre outros. Ao estabelecer esse pacto, o

indivíduo aliena, sem reservas, boa parte de seus direitos particulares em prol desse ente coletivo, sendo essa condição necessária para a subsistência desse ente.

Os homens convencionariam um pacto com a intenção de criar as condições justas que favorecessem a todos para que, então, renunciassem a seus direitos individuais em favor de uma autoridade nos quais depositariam toda sua confiança. Para ele era essencial: “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e em que cada uma, ao unir-se a todos, só a si mesmo obedeça e continue tão livre como antes. Tal é o problema fundamental que no Contrato Social encontra solução” (Rousseau, 2000 p. 27).

Portanto, a construção de um Estado regido por um contrato social aceito e respeitado por um povo só seria possível com cidadãos que compreendessem tamanha necessidade e se unissem em prol de um bem maior e único:

Quando muitos homens reunidos se consideram como uma só entidade, só podem ter uma vontade e essa tenderá para a conservação comum e o bem-estar geral. A vitalidade do Estado é então vigorosa e simples, as suas máximas são límpidas e luminosas; não existem interesses complicados, contrários; em toda a parte o bem comum se apresenta evidente e basta-lhe o bom senso para se dar conhecer (Rousseau, 2000, p. 121).

Embora não se possa negar que essa visão de Estado seja algo idealista, a formação desse cidadão, que compreende a necessidade de viver harmoniosamente em um contexto de interesses de classes distintos, não poderia ser qualquer uma. Logo, a partir do desejo de um mundo sem os conflitos relativos aos distintos interesses, empenhou-se em escrever detalhadamente sobre a educação que formaria o cidadão capaz de permanecer em harmonia com a natureza, que conseguisse dominar suas paixões para melhor conviver em uma coletividade, sendo feliz.

Portanto, a seguir, expõe-se as grandes ideias de Rousseau sobre a educação para que uma pessoa conseguisse se manter em seu estado de natureza, preservando sua bondade e liberdade, compreendendo não só seus direitos, mas também suas obrigações. Sem dúvidas, encontra-se aspectos apontados em "Emílio" que até hoje permeiam as tanto os fundamentos das pedagógicas como as políticas educacionais. Vale frisar que esse livro, visto como um romance pedagógico, tornou-se uma obra clássica na área da educação, bastante citada nas disciplinas das licenciaturas, que formam de professores, mas, infelizmente, pouco lida na sua íntegra pelo seu volume, contando com mais de quinhentas páginas em algumas edições.

3 A educação para Rousseau

O pensamento de Rousseau sobre a educação é amplamente conhecido por evidenciar que a criança não é um adulto em miniatura, que pensa e vê o mundo de forma peculiar e que esses aspectos devem ser respeitados pelos adultos para que as crianças desenvolvam sua autonomia desde os primeiros anos de vida⁶. Contudo, a concepção de educação de Rousseau vai muito além dessas afirmações e encontram-se no seu livro “Emílio”, nome dado ao seu estudante fictício.

A referida obra, que se tornou um clássico nas ciências humanas, em especial na educação, foi publicada em 1762, menos de um mês após a publicação do Contrato Social. A concepção mais ampla de Rousseau sobre a educação se compõe de duas facetas que abarcam todo o processo educativo: o natural e o social, sendo a primeira faceta preponderante nas primeiras duas fases e, a social, a partir da terceira fase, o que pode ser constatado na sequência desse texto. Frisa-se que, nas considerações do próprio autor, “Emílio” não tinha pretensão de em ser sistematizado como um tratado de educação, ou um manual pedagógico, ou seja, “não é sobre a ideia de outros que escrevo; é sobre as minhas” (Rousseau, 1995, p. 6).

O “Emílio ou da Educação” é composto por cinco livros - os quais usualmente chama-se de capítulos⁷ - e ao longo desses aborda os aspectos cognitivos, afetivos e morais que compreendem o desenvolvimento humano desde o nascimento até a fase adulta pouco antes de contrair matrimônio. Dessa forma, o primeiro capítulo destaca a fase do nascimento aos dois anos de idade; o segundo compreende dos dois aos 10 anos; o terceiro até aos 15 anos; o quarto até os 18 anos; e o quinto capítulo destaca tanto a maturidade de Emílio como o pensamento de Rousseau sobre o que seria, naquele cenário social e histórico, uma jovem bem-educada e que estivesse à altura de se tornar a esposa de Emílio.

Nessa leitura dos cinco capítulos que formam o clássico “Emílio ou Da Educação”, além de se perceber a concepção de educação defendida por Rousseau, que o consagrou nessa área de conhecimento, pode-se também reconhecer muitas diferenças entre a sociedade do século XVIII e o presente momento. Apresenta-se, então, alguns dos aspectos principais sobre o processo educacional para Rousseau em cada um dos cinco capítulos e, dessa forma, busca-se compreender os motivos pelos quais Rousseau se consagra na história da educação.

⁶ Rousseau não foi o primeiro a enxergar as peculiaridades da infância, a exemplo de Vitorino Da Feltre, século XV, fundador da Casa Giocosa. Contudo a veemência de exposição do pensamento de Rousseau sobre o desenvolvimento infantil o consagrou.

⁷ Nesse artigo, usa-se o termo capítulo para se referir aos livros por ser a forma mais utilizada no atual contexto.

4 Capítulo I - A chegada ao mundo – apenas uma existência

No primeiro capítulo, Rousseau aborda a “fase de lactância”, ou seja, do nascimento da criança até os dois anos de idade. Ao longo dessa primeira leitura, é possível perceber que, para o autor, essa fase da vida corresponde a uma etapa, basicamente, física, durante a qual o corpo inicia sua constituição, mas que já está em fase de aprendizagem, de modo que, “a educação do homem começa com seu nascimento; antes de falar, antes de compreender, já ele se instrui” (Rousseau, 1995, p. 42).

Contudo, destaca que se deve ter grande preocupação e muito zelo no decorrer desse primeiro período de existência para se ter sucesso nas etapas seguintes. Assim, a fim de enfatizar que o ser-humano nasce puro e sem vícios, o primeiro capítulo inicia com a seguinte frase: “tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem” (Rousseau, 1995, p. 9). A partir dessa frase, o autor, em várias passagens, justifica sua compreensão de educação ideal, a qual, para se realizar, precisa ocorrer longe da civilização daquele contexto histórico que corrompia a natureza boa do ser humano. Todavia, antes de iniciar sua abordagem mais específica sobre os dois primeiros anos de vida, Rousseau indica sua concepção de educação, a qual estará presente por todos os cinco “livros”, inclusive na educação de Sofia, esposa ideal de seu caro Emílio.

Para o autor, a vida de todo indivíduo se fundamenta na educação que se recebe ao longo de sua existência, essencial para o processo de formação, educação essa que vem de três fontes: da natureza, dos homens ou das coisas. Sobre a educação da natureza, consiste no desenvolvimento interno das faculdades, das disposições. Para viabilizar essa educação da natureza, o mestre deve apenas acompanhar as disposições naturais do seu estudante. Em relação à educação dos homens, consiste nas orientações que as pessoas dão umas às outras sobre o uso de que se deve fazer sobre a primeira, ou seja, sobre a educação da natureza. Sobre a educação das coisas, alcança-se pelas experiências que se adquire ao longo da existência e que são providas dos objetos presentes na natureza, no mundo e no ambiente que circunda.

A partir dessas três fontes, entendia-se que a “educação primeira deve ser negativa. Ela consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro” (Rousseau, 1995, p. 80). Assim, além das três fontes de educação necessárias ao desenvolvimento e a educação negativa, é nesse primeiro capítulo que o autor apresenta sua crítica às instituições de ensino:

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos que chamam colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa

educação, tendendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinando nada senão a si mesmo. Ora, essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém. São cuidados perdidos (Rousseau, 1995, p. 14).

Dessa forma, com uma crítica contundente aos “colégios”, era proposto uma educação individualizada, deixando claro como se deve iniciar a educação das crianças a partir da natureza e não dos valores corrompidos da sociedade. Essa educação deveria ser conduzida por um preceptor capaz de formar o que considerava um homem digno, tarefa essa que se propôs a realizar com Emílio. Portanto, anuncia:

Viver é o ofício que lhe quero ensinar. Saindo de minhas mãos, ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre; será primeiramente um homem. Tudo o que um homem deve saber, ele o saberá se necessário, tão bem quanto quem quer que seja; e por mais que o destino o faça mudar de situação, ele estará sempre em seu lugar (Rousseau, 1995, p. 15).

Para Rousseau, a preparação para formar um indivíduo capaz para viver em sociedade começava errada desde os primeiros dias de vida. Nesse sentido, questionava vários “costumes” como o ato de enfaixar as crianças o que, de fato, as impedia e limitava de desenvolver seu corpo por estarem imobilizadas (Rousseau, 1995). Outro aspecto questionado nesses primeiros meses de vida era a transferência da amamentação das mães para as amas de leite. Questionava-se as muitas mortes prematuras das crianças relacionando-as aos “cuidados” inapropriados: “mostra a experiência que morrem mais crianças criadas delicadamente do que outras” (Rousseau, 2005, p. 23).

Nesse primeiro capítulo, Rousseau destaca o choro e “os resmungos” da criança como sendo a linguagem primeira e universal da humanidade (Rousseau, 1995, p. 45) e que se deve aprender a distinguir a natureza do choro para não ser dominados pelas manhas: os primeiros choros das crianças são solicitações: se não tomamos cuidados, logo se tornam ordens (Rousseau, 1995).

Ainda nesse capítulo, Rousseau aborda o perigo em apressar determinadas aprendizagens nas crianças, e como isso pode inclusive ser contraproducente, trazendo impactos irreversíveis por toda a vida. No livro, ele traz a insistência que adultos têm em fazer com que a criança comece a falar, mas ressalta que deve ocorrer no tempo adequado para que a criança possa aprender a pronunciar bem as palavras, e até mesmo o vocabulário possa acompanhar sua cognição. “É um grande inconveniente que ela tenha mais palavras do que ideias, saiba dizer mais do que possa pensar” (Rousseau, 1995, p. 47). Lembrando ainda que

várias aprendizagens estão ocorrendo nessa primeira infância, como a fala, a capacidade de andar e de comer e elas ocorrem simultaneamente.

Dois aspectos chamam a atenção nesse primeiro capítulo por evidenciar a diferença com o atual contexto histórico: em primeiro, a negativa de Rousseau a tornar-se preceptor de uma criança com algum tipo de deficiência; em segundo, a forma como enxergava a medicina. Sobre a possibilidade de ser preceptor de uma criança com algum problema de saúde, afirmava que: “não me encarregaria de uma criança doentia e caquética, ainda que devesse viver oitenta anos. Não quero saber de um aluno sempre inútil a si mesmo e aos outros, que só se ocupe com se conservar e cujo corpo prejudique a educação da alma” (Rousseau, 1995, p. 31). Quanto à medicina, enxergava essa ciência como algo ineficiente e dispensável: “A única parte útil da medicina é a higiene; e a higiene é menos uma ciência que uma virtude” (Rousseau, 1995, p. 33).

Todavia, apesar de enaltecer a importância de um preceptor bem qualificado para o ofício de educador, Rousseau reconhecia a importância dos pais na vida dos filhos, “assim como a verdadeira ama é a mãe, o verdadeiro preceptor é o pai” (Rousseau, 1995, p. 24).

5 Capítulo II – A consciência de si como o verdadeiro nascimento

O segundo período de vida, dos dois aos dez/onze anos, de acordo com Rousseau, é o período no qual a criança toma consciência de si mesmo e, portanto, começa “verdadeiramente” a vida de uma pessoa. Contudo, ainda sem o uso da razão, “conhecer o bem e o mal, sentir as razões dos deveres do homem não é da alçada da criança” (Rousseau, 1995, p. 75). Destaca, assim, que esse período, tal como o anterior, é perigoso, pois ainda germinam os erros e os vícios. O autor inicia destacando o início do uso da fala pelas crianças, que, “quando as crianças começam a falar, choram menos. Esse progresso é natural: substituem uma linguagem por outra. [...] Se continuam então a chorar, a culpa cabe às pessoas que as cercam” (Rousseau, 1995, p. 80).

Destaca, também, que é comum a criança se ferir e que pequenos machucados podem ensinar a criança a suportar dores maiores e não entrar em pânico quando sofrer dores. Na “educação natural”, as crianças devem aprender também a suportar a dor por meio de suas experiências, de modo que “corra, se debata, que caia cem vezes por dia: tanto melhor. Aprenderá mais cedo a levantar-se. O bem-estar da liberdade compensa muito bem as machucaduras” (Rousseau, 1995, p. 60). Saber suportar os sofrimentos, para Rousseau é ter coragem.

Rousseau adverte que “nossa mania professoral e pedantesca é de sempre ensinar as crianças o que apreenderiam muito melhor por si mesmas, e esquecer o que só nos lhe poderíamos ensinar [...]” (Rousseau, 1995, p. 59). Assim, argumenta que os métodos de ensino

frequentemente interferem no processo natural de aprendizado das crianças, e que por analogias, os educadores muitas vezes se concentram em transmitir conhecimentos que poderiam ser adquiridos de maneira mais autônoma e eficiente pela experiência direta e pela exploração do ambiente. Ainda, ressalta a importância da experimentação e da descoberta ativa, em vez de apenas receberem informações de forma passiva. Ele enfatiza que há conhecimentos que só podem ser verdadeiramente compreendidos e internalizados quando a criança os aprende por si mesma, em contraste com abordagens tradicionais de ensino, na qual os professores tentam transmitir conhecimento de forma unidirecional, muitas vezes sem considerar o contexto e a capacidade de aprendizado individual das crianças.

Rousseau indica, explicitamente, que se deve amar a infância: “favoreci seus jogos, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não se sentiu saudosos, às vezes, dessa idade em que o riso está sempre nos lábios e a alma sempre em paz?” (Rousseau, 1995, p. 61). Mais adiante reforça a singularidade da infância, pois “a infância tem maneiras de ver, de pensar, de sentir que lhes são próprias; nada menos sensato do que querer substituí-las pelas nossas; seria o mesmo que uma criança tivesse cinco pés de altura, do que juízo aos de anos” (Rousseau, 1995, p. 75). E na continuidade aconselha a tratar a criança de acordo com sua idade.

Contudo, em função de sua concepção de educação ser a de liberdade bem regada, ou seja, devidamente regulada, indica que os castigos nessa fase da idade devem ser leves, mas que, ao serem aplicados, evitarão castigos maiores no futuro, na idade da razão (Rousseau, 1995). Também é nesse capítulo que deixa claro que a educação deve ser negativa, isto é, de “não ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro”. (Rousseau, 1995, p. 80). Em relação à “felicidade”, destaca que quanto mais próximo ao estado natural, maior a chance de ser feliz e que o excesso de desejos coloca os sujeitos distantes dessa possibilidade. Em relação à liberdade, praticamente o mesmo pensamento: “o homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz” (Rousseau, 1995, p. 67).

Adverte-nos que não se deve dar à criança tudo o que quer facilmente, pois aquela que tem tudo o que deseja de modo fácil, “se imaginará dona do universo; encarará todos os homens como escravos; [...] e terá crises de fúria quando algo lhe for negado e poderão [...] se achar esmagadas pelo peso do universo que pensavam movimentar à vontade” (Rousseau, 1995, p. 72). Logo, “Já disse que vosso filho nada deve obter porque o pede e sim porque precisa” (Rousseau, 1995, p. 73).

Para Rousseau é muito importante, nessa segunda fase de vida, a experiência para compreender o mundo, sem lições verbais. O autor critica também a memorização, enfatizando que Emílio jamais decorará lições e mais adiante destaca que “todo o seu saber está na

sensação” (Rousseau, 1995, p. 98). Para Rousseau, era impróprio o ensino de duas línguas às crianças nessa fase da vida (Rousseau, 1995). Além das experiências, Rousseau destaca a importância do interesse para o desenvolvimento das crianças: “o interesse imediato, eis o grande móvel que leva longe e com segurança” (Rousseau, 1995, p. 110).

Para o autor, as experiências e o interesse despertarão o pensar para mais tarde chegar à razão, pois a falta do hábito de pensar na infância tira a faculdade de fazê-lo durante o resto da vida. Desse modo, para conseguir bem pensar, é necessário formar bem o corpo:

Para se exercer uma arte cumpre começar por obter os instrumentos e, para poder empregar utilmente tais instrumentos, é preciso fabricá-los bastante sólidos para que resistam ao uso. Para aprender a pensar é preciso portanto exercitarmos nossos membros, nossos sentidos, nossos órgãos, que são os instrumentos da nossa inteligência; e para tirar todo o proveito possível desses instrumentos, é preciso que o corpo que os fornece seja robusto e são. Assim, longe de a verdadeira razão do homem se formar independentemente do corpo, a boa constituição do corpo é que torna as operações de espírito fácil e segura (Rousseau, 1995, p. 121).

Portanto, não é de se estranhar que Rousseau destaque a necessidade de compreender e satisfazer as necessidades naturais do ser humano: beber água quando se tem sede, vestir-se adequadamente, dormir cedo e bem, falar claramente, e em várias passagens acentua a importância de exercitar os cinco sentidos. Ao final desse capítulo, Rousseau descreve como seria uma criança que tivesse sido educada com sua concepção de "educação negativa" ao longo dessas duas primeiras etapas de vida:

Deixai-o sozinho em liberdade, e vede-o atuar sem nada lhe dizer; olhai o que fará e como fará. Não tenho necessidade de se provar a si mesmo que é livre, nada faz avoadamente, nem para fazer um ato de poder sobre si mesmo: não sabe que é sempre senhor de si? Ele é livre, leve, bem-disposto; seus movimentos têm toda vivacidade de sua idade, mas não vereis nenhum que não tenha objetivo. O que quer que queira fazer, nada empreenderá acima de suas forças, pois as testou e as conhece; seus meios estarão sempre adequados a seus desejos e raramente ele agirá sem estar certo do êxito. Terá o olho atento e judicioso: não andará tola e interrogando os outros acerca do que vê, há de examiná-lo ele próprio e cansar-se-á para encontrar o que quer aprender, antes de perguntar. Se tiver de enfrentar problemas imprevistos, perturbar-se-á menos do que outro; se houver risco, assustar-se-á menos também. Como suma imaginação continua ainda inativa e que nada se fez para animá-la, ele só vê o que é, só avalia os perigos pelo que valem e mantém sempre seu sangue frio. A necessidade pesa demasiadas vezes sobre ele para que ainda se rebele; carrega-a desde o nascimento, está acostumado com ela; está sempre disposto a tudo. Que se ocupe com alguma coisa ou que se divirta, é-lhe indiferente; seus divertimentos são ocupação e ele não vê a diferença. Põe em tudo que faz a um interesse que leva a rir e uma liberdade que agrada, mostrando a um tempo seu espírito e a esfera de seus conhecimentos. [...] Ela chegou à maturidade da infância, viveu a vida de uma criança, não adquiriu sua perfeição a expensas de sua felicidade; ao contrário, ambas se ajudaram (Rousseau, 1995, p. 168).

Conclui expressando que tem ciência que a maioria das pessoas não compreendem sua concepção de educação, achando que essa é apenas a formação de mais um “moleque”.

6 Capítulo III – O vigor físico e os primeiros passos rumo à razão

Rousseau reconhece esse período como intermediário entre a infância e a vida adulta, muito valoroso, marcado pelo vigor físico no qual o progresso da força física ultrapassou o mundo das necessidades. Agora, portanto, é capaz de enfrentar, tranquilamente, algumas dificuldades:

Pouco sensível às injúrias do ar e das estações, a criança as enfrenta sem dificuldade: sei calor em desenvolvimento serve-lhe de roupa; seu apetite serve de condimento; tudo que lhe pode alimentar é bom na sua idade; se tem sono, deita-se no chão e dorme: vê-se por toda parte cercada de tudo que lhe é necessário; nenhuma necessidade imaginária a atormenta; a opinião nada pode contra ela. seus desejos não vão além de seus braços. Não somente ela pode basta-se a si mesma, como tem ainda mais força de que precisa; é o único momento de sua vida em isso acontece (Rousseau, 1995, p. 172-173).

Por ser um espaço muito curto de vida, deve ser muito bem aproveitado, necessário ainda deixar a curiosidade fluir, pois ensinar conceitos de nada adiantariam:

Transformemos nossas sensações em ideias, mas não pulemos de repente dos objetos sensíveis aos objetos intelectuais. [...] Ponde os problemas ao seu alcance e deixai que os resolva. Que nada saiba. porque vós lhe disseste, e sim porque o compreendeu sozinho. Que ele não se avizinhe à ciência, que a invente (Rousseau, 1995, p. 176).

Logo, o preceptor deve sempre despertar o interesse deixando que o estudante chegue ao conhecimento, ao acreditar que isso é mais apropriado ao desenvolvimento intelectual, à autonomia e à formação do pensamento crítico. Além disso, destaca que é nessa fase da vida que se deve pensar na preparação para o mundo do trabalho, uma atividade digna e essencial para todos os homens. “Trabalhar é, portanto, um dever indispensável ao homem social. Rico ou pobre, poderoso ou fraco, todo cidadão ocioso é um patife” (Rousseau, 1995, p. 214). Contudo, assim como as demais atividades, o trabalho deveria ter como premissa a utilidade das coisas para, posteriormente, chegar ao que seja conveniente e bom. Por esse motivo, indica como a única leitura necessária, até essa fase de vida, o romance Robinson Crusoe, capaz de inspirar a criação de coisas úteis para a sobrevivência, tal como o náufrago perdido em sua ilha.

É nessa fase, portanto, que o educador deve se empenhar a fim de que as atividades desenvolvidas pelo seu pupilo sejam não apenas interessantes, prazerosas e úteis, mas proveitosas para seu futuro. Porém, ao falar sobre a importância do trabalho, mais uma vez

evidencia algo de seu tempo, isso é, a diferença entre as possibilidades de inserção produtiva entre homens e mulheres: “se eu fosse soberano não permitiria a costura e as artes da agulha senão às mulheres e aos mancos reduzidos a trabalharem como elas” (Rousseau, 1995 p. 220).

Ao continuar seu desfecho sobre essa fase de vida de seu pupilo, afirma que agora:

Emílio é laborioso, paciente, firme, cheio de coragem. Sua imaginação, nunca excitada, não amplia nunca os perigos; é sensível a poucos males e sabe sofrer com resignação porque não aprendeu a disputar-se com o destino. [...] morrerá sem gemer e sem se bater. Está agora, portanto, preparado para aprender o que ainda não conhece: conhece as relações essenciais entre os homens e as coisas, mas nenhuma das relações morais entre os homens e o homem (Rousseau, 1995, p. 231).

Por fim, termina o capítulo com o seguinte questionamento: “achais assim que um menino que alcançou assim seus quinze anos tenha perdido os precedentes?” (Rousseau, 1995, p. 232).

7 Capítulo IV – O segundo nascimento e o surgimento das paixões

Nessa fase, dos 15 aos 20 anos, Rousseau evidencia o segundo nascimento do ser humano, sendo esse para viver verdadeiramente, enquanto o primeiro apenas um marco de existência. Agora, segundo o filósofo no papel de preceptor de Emílio, o ser humano deverá se preparar para saber como enfrentar as paixões humanas, fazer uso consciente da razão, da sua sexualidade para viver em sociedade e ser feliz. Para tanto, é necessária uma educação que leve à compreensão e ao controle das paixões.

A fim de melhor explicitar como deve ser a educação de agora em diante, em especial os aspectos morais, inicia falando sobre as paixões, fenômeno que considera intrínseco ao ser humano: “nossas paixões naturais são muito restritas; são o instrumento de nossa liberdade, tendem a conservar-nos. Todas as que nos subjagam e nos destroem vêm de fora; a natureza não nos dá, nos apropriamos delas em detrimento dessa natureza” (Rousseau, 1995, p. 235). Defende a ideia de que somente três paixões são naturais: o amor-de-si, a piedade e o amor-próprio, mas essa terceira tendendo a ser ambígua – para o bem e para o mal.

O amor-de-si mesmo, fonte das paixões ternas e afetuosas, é a primeira a se desenvolver e necessária para se conservar, de acordo com o estado de natureza, seres bons.

O amor de si mesmo é sempre bom e conforme a ordem. Estando cada qual encarregado de sua própria conservação, o primeiro e mais importante de seus cuidados é e deve ser, o de continuamente atentar para ela: e como o faria se não concentrasse nisso seu maior interesse? É preciso, portanto, que nos amemos mais do que tudo; e, em consequência imediata do mesmo sentimento, nós amamos o que nos conserva. Toda criança ama sua ama [...] O que nos serve nós o procuramos; mas o

que nos quer servir, nós os amamos. O que nos prejudica, nós evitamos; mas o que nos quer prejudicar, nós o odiamos (Rousseau, 1995, p. 236).

A piedade, segundo Rousseau, consiste no “primeiro sentimento relativo que toca o coração humano dentro da ordem da natureza” (Rousseau, 1995, p. 249); seria o sentimento correspondente à empatia, ou seja, que possibilita alguém se colocar no lugar do outro, com uma tendência a fazer isso, principalmente, ao perceber seu sofrimento. Todavia é preciso estimular tal paixão:

Para excitar e alimentar essa sensibilidade nascente, para a guiar ou a seguir na sua tendência natural, que podemos fazer senão oferecer ao rapaz objetos sobre os quais possa atuar a força expansiva de seu coração, que o dilatem, que o estendam aos outros seres, que o façam encontrá-los fora de si. [...] Em outros termos isso significa excitar nele a bondade, a humanidade, a comiseração, a benevolência, todas as paixões atraentes e doces que agradam naturalmente os homens, e impedir que nasçam a inveja, a cobiça, o ódio, todas as paixões repugnantes e cruéis que tonam, por assim dizer, a sensibilidade não somente nula como até negativa e fazem o tormento de quem as experimenta (Rousseau, 1995, p. 249).

Sobre o amor-próprio, paixão ambígua, diferente do amor de si, pode desencadear pensamentos e atitudes positivas e negativas. Para Rousseau, um grande problema está no fato da comparação entre as pessoas, despertando o lado não desejado do amor-próprio:

Meu Emílio, não tendo olhado até agora senão para si mesmo, o primeiro olhar que se deita em seus semelhantes leva-o a comparar-se com eles; e o primeiro sentimento que essa comparação excita nele é o de desejar o primeiro lugar. Eis o momento que o amor se transforma em amor-próprio [...] (Rousseau, 1995, p. 265).

Portanto, segundo Rousseau, é fundamental, nessa fase do surgimento das paixões, que o jovem aprenda a amar a todos, inclusive os que o desprezam, razão pela qual “é nessa idade também que se inicia, no mestre hábil, a verdadeira função de observador e do filósofo que conhece a arte de sondar os corações, trabalhando para os formar” (Rousseau, 1995, p. 253). Dessa forma, o educador possibilitará a formação de um homem bom e sem vícios, levando, sobretudo, que seu aluno reconheça as qualidades dos seus semelhantes. A bondade como qualidade nos leva à felicidade: “ora, sejamos bons primeiramente e depois seremos felizes” (Rousseau, 1995, p. 327).

Além disso, é nesse segundo nascimento que os indivíduos criam laços de amizade e despertam para sua sexualidade. Em relação à amizade, aspecto de grande importância para o coração humano, o filósofo iluminista nos adverte que é necessário compreender que amigos são aqueles nos quais podemos confiar (Rousseau, 1995, p. 264).

Em relação à sexualidade, fenômeno natural, é matéria em que o educador deve ter muito cuidado para não aguçar ainda mais a curiosidade e nem dar respostas que possam ser desmentidas, mas lembrar que ao querer explicar sobre pudor e honestidade é despertar-lhes que existe coisas vergonhosas e desonestas. Assim, seguindo sua máxima sobre o processo educativo, que mais importante que ensinar é preservar dos vícios, alerta que:

Sempre verifiquei que os jovens corrompidos cedo, e entregues às mulheres e aos deboches, eram inumanos e cruéis; a fuga do temperamento tornava-os impacientes, vingativos, furiosos; sua imaginação, tomada por um só objeto, recusava-se ao resto; não conheciam nem piedade, nem misericórdia; teriam sacrificado pai, mãe e o universo inteiro ao menor de seus prazeres. Ao contrário, um jovem educado dentro de uma simplicidade feliz é levado pelos primeiros movimentos da natureza às paixões ternas e afetuosas (Rousseau, 1995, p. 246).

Outra questão levantada nesse capítulo é o desnecessário ensinamento religioso às crianças, antes que tenham as condições para entender algo tão grandioso, “seria melhor não ter nenhuma ideia da Divindade, a ter dela ideias baixas, fantasiosas, injuriosas, indignas; é mal menor desconhecer a do que ultrajar a” (Rousseau, 1995, p. 296-297). Enfim, para Rousseau precisa-se aprender a controlar as paixões desde cedo porque isso possibilita alcançar a verdadeira felicidade.

8 Capítulo V – Sofia: uma esposa para Emílio

Para Rousseau, é importante que o homem tenha uma companheira que deve amá-la e respeitá-la. Contudo, desde o início deixa claro as diferenças entre os dois gêneros são naturais, portanto, amorais e, sobretudo, ambos perfeitos de acordo com suas singularidades. Assim ao homem, de acordo com a natureza, cabe a força, a atividade, a busca pelo poder, enquanto a natureza feminina é marcada pela passividade, pouca força muscular, astúcia e graciosidade:

A primeira e mais importante qualidade de uma mulher é a doçura: feita para obedecer a um ser tão imperfeito o homem, amiúde cheio de vícios, e sempre cheio de defeitos, ela deve aprender a sofrer desde cedo até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar; não é por ele, é por ela mesma que deve ser doce. O azedume e a obstinação não fazem senão aumentar seus males e os maus procedimentos dos maridos [...] cada qual deve conservar o tom de seu sexo; um marido delicado demais pode tornar uma mulher impertinente; mas, a menos de ser um monstro, a doçura de uma mulher o convence sempre e dele triunfa cedo da tarde (Rousseau, 1995, p. 440).

Fica claro, portanto, o lugar reservado à maioria mulheres mesmo no decorrer do Iluminismo, Século das Luzes, que defendia a liberdade e a igualdade como princípio social e

percebia claramente a importância do desenvolvimento intelectual como condição humana⁸.

Assim, para Rousseau e outros iluministas, esse papel destinado ao gênero feminino era visto como algo inato, sem configurar aspectos de injustiça ou preconceito. Portanto, para a esposa de Emílio, assim como para as outras moças bem-nascidas e bem-criadas, a educação limitava-se ao aprendizado da leitura e escrita, rudimentos de matemática, algum instrumento erudito que fosse útil para agradar ao esposo e, obviamente, as prendas domésticas. Em outras palavras, às moças burguesas cabia uma educação para prepará-las para o casamento e, s forma, serem boas mães e companheiras. Então, após elucidar o perfil ideal de esposa para Emílio, Sofia é encontrada:

Sofia é bem-nascida, é de um temperamento naturalmente bom; tem o coração muito sensível e essa extrema sensibilidade lhe dá por vezes uma imaginação difícil de ser moderada. [...] um rosto comum, mas uma fisionomia que promete uma alma que não mente ... [...] Sofia não é bela; mas perto dela os homens esquecem as mulheres belas e estas sentem-se descontentes consigo mesmas. Mal parece bonita à primeira vista, porém quanto mais a veem mais se torna bela; ganha nisso em que tantas outras perdem; e o que ganha não perde mais (Rousseau, 1995, 471-472).

Porém, Rousseau não foi o único pensador iluminista a entender a mulher como um ser com características inatas que definiam seu papel social. Outro expressivo escritor iluminista a abordar sobre a educação de mulheres foi Adam Smith, na sua obra Riqueza das Nações. Para ele não era necessário existir vagas nas instituições educacionais públicas destinadas às mulheres, uma vez que essas deveriam aprender o que fosse vontade de seus pais e, posteriormente, de seus maridos. Enfim, na atualidade, o gênero feminino assim como as outras formas sexuais reconhecidas (LGBTQIA+), já venceram essa barreira de acesso à educação formal, sendo garantida na Constituição Federal de 1988, sendo a educação um direito de todos e dever do Estado e da família.

9 Considerações finais

Pode-se tecer, a partir das famosas obras de Rousseau, suas visões a respeito de Estado, educação, propriedade privada, justiça, bem como suas críticas esses aspectos e ainda sobre a segurança jurídica, bem como a formação do cidadão natural. Assim, ao compreender o pensamento de Rousseau, é possível traçar o paralelismo entre as obras “O Contrato Social” e

⁸ Embora pouco conhecidas, houve mulheres importantes e revolucionárias durante o Iluminismo, entre as quais se destacaram Olympe de Gouges, francesa que defendia os direitos das mulheres, Mary Wollstone Craft, britânica que defendeu a igualdade entre os sexos, Constance de Salm a defender o direito das mulheres à educação pública.

‘Emílio ou da Educação’, primeiramente, pelo fato de ambas terem sido escritas simultaneamente, como que para encontrar solução para os problemas da sociedade e da educação da época. Para Rousseau, um Estado justo só seria possível por meio de uma sociedade composta por cidadãos educados segundo o modelo da educação de Emílio.

Ressalta-se ainda a importância dos ideais descritos nessa obra, em que muitas das propostas de Rousseau na educação de Emílio podem ser identificadas nas políticas educacionais atuais, mostrando a relevância dessa obra considerada clássica. Dentre os principais enfoques na concepção educacional de Rousseau vigentes na atualidade tem-se a educação como condição essencial para o desenvolvimento intelectual, social e afetivo, a importância da participação dos pais desde o nascimento, a autonomia da criança desde os primeiros anos de vida, o respeito aos diferentes tempos e formas de aprendizados, o protagonismo do estudante, o estímulo ao interesse para uma melhor aprendizagem, o mestre como um educador comprometido com o desenvolvimento de seu estudante e não como um mero transmissor de conteúdo.

Por outro lado, pode-se perceber os avanços políticos e sociais alcançados em vários aspectos, em especial à participação das mulheres em todas as instâncias sociais, bem como na inclusão de pessoas com deficiência todos os níveis da educação formal e em atividades profissionais. Dessa forma, inquestionavelmente, a importância de estudar os clássicos por sua fonte primária se revela como essencial para a compreensão mais aprofundada dos conceitos e ideias expostas, bem como a análise da obra de acordo com o período histórico em que foi concebida. Tratando-se de obras tidas como atemporais, como as duas citadas no presente artigo, sua leitura e discussão com base em sua relevância atual sugerem a continuidade da influência de Rousseau nos debates contemporâneos sobre educação, política e sociedade.

Referências

ROUSSEAU, J. J. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.